

OS GOVERNOS DO PT E O MEIO AMBIENTE

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSÃO SOCIAL

Com o compromisso de garantir direitos e dar voz às populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, agricultores familiares e comunidades tradicionais, Lula e Dilma implementaram políticas ambientais aliadas à erradicação da pobreza:

Bolsa Verde - criado em 2011, o programa de transferência de renda condicionada ao uso sustentável da biodiversidade e ao combate ao desmatamento garante às famílias o benefício de R\$ 300 a cada 3 meses. É uma política pública de baixo custo e alta eficiência.

- Mais de 74,5 mil famílias atendidas em 2015 com investimentos de R\$ 100 milhões.
- Por meio do cartão Bolsa Família, que prioriza as mulheres como responsáveis, o Bolsa Verde retirou da extrema pobreza 14 mil famílias.
- Os beneficiários ajudam a proteger 904 áreas em 28 milhões de hectares de reservas e assentamentos e garantem 96% da área preservada, as menores taxas de desmatamento da Amazônia.
- O Bolsa Verde e o Bolsa Família proporcionaram um incremento de renda de 42% aos beneficiários.

Inclusão produtiva - O Programa Carteira Indígena beneficiou mais de 21,3 mil famílias de 84 etnias em 312 projetos entre 2004 e 2014. Extrativistas aptos ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar passaram de 5 mil em 2009 para quase 60 mil em 2015. Entre 2009 e 2015, foram investidos R\$ 169 milhões em aquisição de produtos de 40 mil famílias extrativistas pelo Programa de Aquisição de Alimentos.

Cadastro Ambiental Rural - É o maior cadastro territorial do mundo, com 352 milhões de hectares até maio de 2016. Permite a regularização ambiental de imóveis rurais, conciliando a produção de alimentos com a conservação da biodiversidade.

Combate ao desmatamento - a implantação da Política Nacional de Mudança Climática e o protagonismo do Brasil nas negociações internacionais surtiram resultados: em 2015 o desmatamento na Amazônia apresentou queda de 79% em relação a 2004. O Brasil alcança 70% da meta projetada para redução de emissões de gases de efeito estufa até 2020.

Unidades de conservação - imprescindíveis para o controle das emissões por meio da redução do desmatamento na Amazônia, o Programa de Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, o maior programa de conservação de florestas tropicais do mundo, apoiou 114 unidades federais e estaduais em 59,2 milhões de hectares.

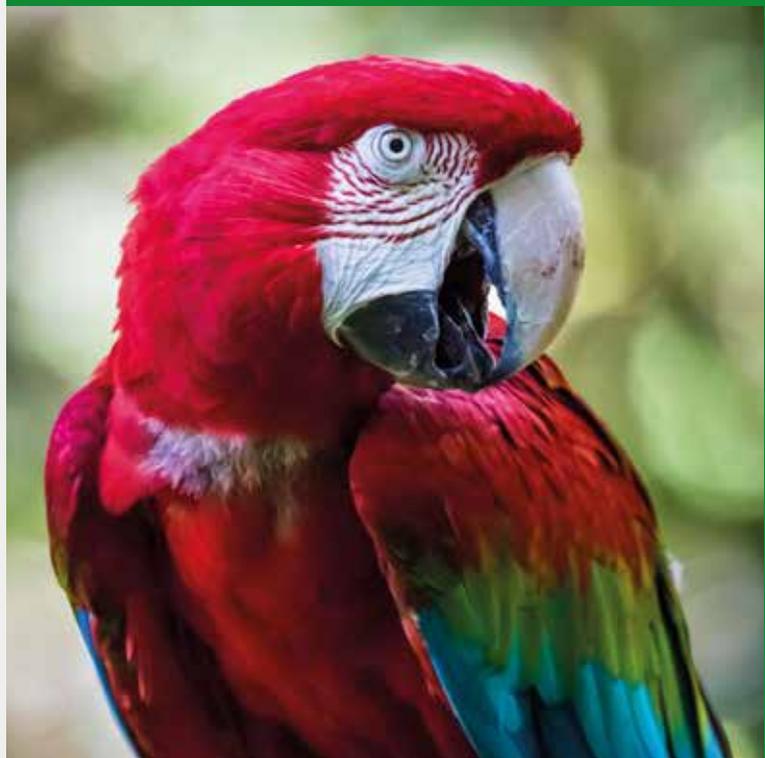
Em pouco mais de uma década, o PT comprovou que cidadania faz bem ao meio ambiente.



A
R
G
U
M
E
N
T
O

MEIO AMBIENTE

EDIÇÃO Nº14
SETEMBRO DE 2017



O ATAQUE BRUTAL AOS POVOS DA FLORESTA

RUMO AO DESMATAMENTO E À DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

A marca do governo de Temer é o retrocesso. A Emenda Constitucional 95 congelou investimentos públicos por 20 anos e afetará expressivamente o volume de recursos para a agenda ambiental brasileira. Com o Projeto de Lei Orçamentária para 2018, que já reflete as consequências nefastas da EC 95, o governo atesta o fim de políticas fundamentais:

- O **Programa Bolsa Verde**, que contou 2017 com R\$ 72,2 milhões previstos, não tem para 2018 um centavo sequer, o orçamento é zero, um corte de 100%.
- A **Política Nacional de Resíduos Sólidos** passou de R\$ 29,9 milhões em 2017 para R\$ 712 mil, uma redução de 97,4% do orçamento.
- O orçamento para o **Programa Mudança do Clima** de 2018 é de R\$ 19,5 milhões, 84% a menos do que os R\$ 122,4 milhões previstos para 2017.
- Para ações de **controle e fiscalização ambiental** a diminuição foi de 48,2%, passando de R\$ 81 milhões em 2017 para R\$ 41,9 milhões em 2018.
- A **FUNAI** perdeu cerca de metade do orçamento de 2018 em relação a 2017. Suas atribuições prioritárias, tais como demarcação e fiscalização, promoção de direitos e preservação cultural estarão comprometidas.

Registra-se também o desmonte das **unidades de conservação e dos serviços ambientais**:

- As medidas provisórias 756 e 758 de 2016 reduziram as áreas do Parque Nacional do Jamanxim e da Floresta Nacional do Jamanxim, na Amazônia e alteraram os limites do Parque Nacional de São Joaquim, na Mata Atlântica. Temer acabou vetando a MP 756 para em seu lugar apresentar o projeto de lei 8.107/2017, que reduz em 26,7% a área da Floresta Nacional do Jamanxim.
- A MP 758 gerou a Lei 13.452/2017 que tornou disponível uma área de 862 hectares no centro do Parque Nacional do Jamanxim destinada à Ferrovia Ferrogão, incluída no Programa de Parceria de Investimentos (PPI).
- Aliás, a criação do PPI em 2016 é mais uma ação que lança o país de volta a um passado arcaico, pois permite flexibilizar o licenciamento ambiental de projetos de infraestrutura prioritários à privatização.
- A recente terceirização do monitoramento do desmatamento por satélite, que era exercido pelo INPE há mais de 30 anos, deixará o país refém do setor privado.

FIQUE ATENT@

➤ As idas e vindas do Governo Temer para extinguir a RENCA

Criada em 1984, a Reserva Nacional de Cobre e seus Associados, área de 47 mil quilômetros quadrados na região amazônica, reúne povos indígenas, reservas, florestas, parques e rios. A mineração só é permitida para uso sustentável. Para liberar sua exploração por empresas estrangeiras, Temer anunciou o fim da reserva. Sob pressão, adiou a medida para em seguida retomá-la. Em 26 de setembro, Temer volta atrás e revoga o decreto de extinção. Mas atenção: em nota, o Ministério de Minas e Energia afirma que a privatização da RENCA voltará à pauta.

➤ Medidas provisórias do setor mineral

Destaca-se a MP 790, que flexibiliza o licenciamento ambiental, permitindo ao minerador sucessivos prazos para obtê-la. A Agência Nacional de Mineração é criada sem instrumentos de regulação, em flagrante relaxamento às exigências legais. É o governo ilegítimo mais uma vez atuando contra os interesses da sociedade brasileira, no reverso das lições que deveriam ser apreendidas desde o desastre ambiental de Mariana, o pior acidente da mineração brasileira.

@ PARA MAIS INFORMAÇÕES, ACESSE: WWW.PTNOSENADO.ORG.BR/MEIO-AMBIENTE

Quer receber este informativo por e-mail? Inscreva-se: [www.ptnosenado.org.br/informativo](http://WWW.PTNOSENADO.ORG.BR/informativo)

Expediente

Líder da Bancada: senador Lindbergh Farias
Chefe de gabinete: Wilmar Lacerda
Coordenação de Informação e Documentação:
Daisy Barretta
Diagramação e revisão: Eleonora Viggiano

Revisão Técnica: Cássio Nogueira
Coordenadora de Comunicação: Tais Ladeira
Projeto gráfico: Priscilla Borba
Foto: João Carlos Medau/Wikimedia Commons
(CC-BY-2.0)



Liderança do
PT no Senado